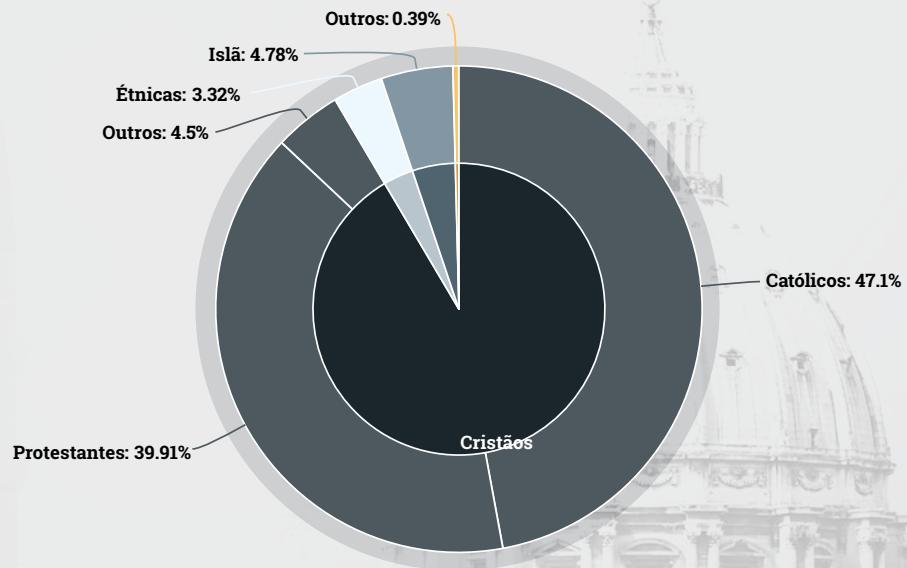
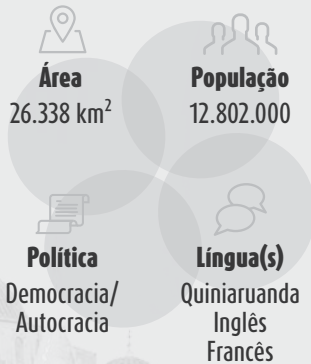


Ruanda



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição do Ruanda, promulgada em 2003 e revista em várias ocasiões até 2015, garante (artigo 33º) a “liberdade de pensamento, opinião, consciência, religião, culto e suas manifestações públicas, de acordo com condições definidas pela lei”. O artigo 54º proíbe a criação de “organizações políticas baseadas na raça, grupo étnico, clã, região, religião ou qualquer outra divisão que possa dar origem a discriminação”.

No âmbito do novo Código Penal de maio de 2012, perturbar um serviço religioso é punível com sete anos de prisão e multas de 100.000 a 1.000.000 de francos ruandeses (143 € a 1.417 €). O mesmo Código Penal também estabelece multas por ações desrespeitadoras de ritos, símbolos ou objetos de religião, ou insultos, comportamento ameaçador – incluindo ataque físico – para com um líder religioso. A política estatal permite que as pessoas expressem a identidade religiosa (mas não étnica) através de vestuário para cobrir a cabeça em fotografias oficiais para passaportes, cartas de condução ou outros documentos oficiais.

No âmbito da nova lei que rege os grupos religiosos, promulgada em 2012 (lei n.º 06/2012, publicada no Diário da República do Ruanda), todos os grupos “cujos membros partilham as mesmas crenças, culto e prática” devem registrar-se junto do Conselho Administrativo do Ruanda para

obter o estatuto legal. Os grupos não registrados precisam de autorização para organizar eventos religiosos, uma obrigação que não é necessária para os grupos já registrados.^[1] Os grupos religiosos oficialmente reconhecidos não têm restrições à realização das suas atividades pastorais, catequese, construção de locais de culto, posse e gestão de meios de comunicação (em particular rádios) e angariação de fundos dentro e fora do país.

Todos os alunos na escola primária pública e nos primeiros três anos da educação secundária devem ter aulas de religião, que abrangem várias religiões. Os pais podem inscrever os seus filhos em escolas religiosas privadas.

INCIDENTES

Este compromisso oficial com a liberdade religiosa entra em contradição com um pano de fundo de tensões governamentais com a Igreja Católica. Por exemplo, no seu discurso para assinalar o 20.º aniversário do genocídio, em 6 de abril, no estádio Amahoro em Kigali, o presidente Paul Kagame acusou diretamente “os missionários franceses que se instalaram no nosso país” como os responsáveis por desenvolver a ideologia de divisão que incentivou os assassinos a matarem quase um milhão de tutsis de abril a junho de 1994. “Com a total participação dos responsáveis belgas e das instituições católicas, esta história inventada (de classificação da população em raças) tornou-se a única base da organização política,

[1] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/2012/af/208184.htm>

como se não houvesse nenhuma outra forma de governar e desenvolver a sociedade”.[2]

Em meados de 2014, a Igreja Católica planejou exumar os restos mortais dos três bispos mortos por soldados da Frente Patriótica em julho de 1994 no seminário de Kabgayi, para que cada um deles pudesse ser enterrado na catedral da sua própria diocese. As autoridades opuseram-se a esta ideia e levaram o assunto à discussão no Parlamento, que rejeitou a proposta e ameaçou deter qualquer aliado desta iniciativa.[3]

Outro ponto de fricção importante entre o Governo e a Igreja Católica tem sido a campanha para eliminar os limites aos mandatos presidenciais, que foram incluídos na Constituição de 2003. Isto teria permitido que o presidente Paul Kagame se candidatasse nas próximas eleições de 2017. Durante a segunda metade de 2015, o presidente realizou um encontro com os bispos ruandeses, que o aconselharam a não alterar a Constituição. Pouco depois, foi relatado que o presidente Kagame fez várias declarações públicas acusando a Igreja Católica de não ter pedido desculpas pelo seu papel no genocídio. Para não aumentar as tensões, a Conferência Episcopal decidiu não tornar público o encontro dos bispos no Palácio do Governo. Há relatos de que muitos sacerdotes evitaram debates públicos sobre a questão da Constituição, para não serem pressionados a declarar a sua opinião sobre este assunto extremamente sensível.[4]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Os incidentes ligados à liberdade religiosa parecem estar relacionados com as questões da revisão da Constituição e da reconciliação nacional. São de especial referência as ocasiões em que os líderes religiosos tocam em aspectos do genocídio de 1994 que são consideradas extremamente sensíveis pelas autoridades e que não correspondem à versão oficial. Embora a liberdade de culto e a liberdade dos grupos religiosos realizarem atividades educativas e sociais sejam em geral respeitadas, é preocupante ver que o Governo continua fazendo comentários adversos sobre a Igreja Católica e a monitorar as homilias do clero.

[2] <http://www.kwibuka.rw/speech> (acessado em Abril de 2016).

[3] Entrevista com um sacerdote católico ruandês.

[4] *Ibidem*.